



EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA NA PRÁTICA DAS NARRATIVAS POPULARES: A TRADIÇÃO GRIÔ¹

Cristiano Guedes Pinheiro - UFPel

Denise Marcos Bussoletti - UFPel

Apoio Financeiro: CAPES – Bolsa de Mestrado.

Resumo:

Este trabalho é fruto de uma pesquisa em curso que objetiva problematizar a prática das narrativas populares enquanto processo educativo e de resistência na atualidade. A partir dos pressupostos metodológicos do estudo de caso e da entrevista narrativa, a problematização se desenvolve nas seguintes bases: a prática das narrativas populares pode ser entendida como processo educativo e de resistência? As narrativas populares podem contribuir para a compreensão de novos processos educativos? A prática das narrativas populares pode ser apreendida como processo educativo e de resistência através de um sujeito específico? Para responder essas questões, trabalharemos com autores como Walter Benjamin e Michel Foucault, aproximando-os da perspectiva da pedagogia crítica de Peter McLaren e de Henry Giroux.

Palavras-chave: Educação; Narrativas Populares; Resistência.

INTRODUÇÃO

Atualmente, a oralidade é tema corrente nos estudos acadêmicos. Esse reconhecimento e valorização, no entanto, não foram e não estão sendo uma conquista fácil; muito as comunidades, que possuem na tradição oral sua forma de manifestação por excelência, tiveram que resistir e enfrentar órgãos governamentais e os próprios Estados para serem reconhecidas.

O Brasil possui uma riquíssima composição étnica e cultural que se estende das grandes cidades aos pequenos povoados no campo. Pode-se facilmente imaginar a infinidade de “conhecedores”, mestres, contadores de histórias, saberes e expressões populares e tradicionais que não estão sob a proteção de instrumentos legais, nem amparados por políticas públicas de valorização, reconhecimento e de melhoria das condições de vida. No entanto,

¹ Este estudo toma como base a dissertação de mestrado: *Narrativas de Educação e Resistência: A Prática Popular Griô*, que se encontra na fase de qualificação. (PINHEIRO, 2012).

esses sujeitos existem, estão nas cidades, nos bairros, nas comunidades... Ao seu modo, mantêm em sua memória saberes e fazeres ancestrais, passados de geração em geração, ensinados de pais para filhos, de avós para netos, de velhos para jovens. Antes dos instrumentos legais e das políticas públicas eles já existiam e, para além delas, mantêm, como bem definiu Hampâté Bâ: “a memória viva” (1982, p. 181).

No âmbito deste reconhecimento é que se situa a pesquisa em curso, e foi nele que encontramos Dona Sirley, uma mestra *griô*² do movimento negro da cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, uma contadora de histórias de 76 anos, que conta e canta histórias de sua ancestralidade pelas antigas charqueadas da cidade e de suas próprias vivências pelo carnaval local, cenário de onde emergem a maior parte de suas histórias e memórias. Dona Sirley é uma costureira aposentada que mora na periferia da cidade; além de *griô*³, pode ser nomeada como uma ativista cultural, pois participa de diversos grupos de promoção e valorização do negro, do idoso e de trabalhos com crianças, além de ser uma reconhecida carnavalesca pelotense. Partindo de sua trajetória e dos elementos contextuais que serão aqui apresentados, o objetivo da pesquisa é a problematização da prática das narrativas populares enquanto processo educativo e de resistência na atualidade.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROBLEMÁTICA

1.1 Contadores de histórias de tradição africana no Brasil

Através da bibliografia escolhida e consultada para compor o escopo da pesquisa, a referência mais antiga que identificamos, sobre a tradição oral africana em terras brasileiras, remonta ao final do Brasil Império. Joaquim Nabuco em seu livro *O Abolicionismo* (2003, p. 89), publicado em 1883, ao denunciar o tráfico de escravos, alude à tradição oral africana: “O que foi, e infelizmente ainda é, o tráfico de escravos no continente africano, os exploradores nos contam em páginas que horrorizam; o que era nos navios negreiros, nós o sabemos pela tradição oral das vítimas [...]”. Antes disso, podemos conjecturar, mas nada encontramos que diga, claramente, sobre uma tradição oral africana sendo desenvolvida e/ou transmitida de geração em geração no Brasil.

² Seguindo Hampâté Bâ (1982, p. 202) para a definição do que seja um *griô* em África, podemos compreendê-los como músicos; embaixadores e cortesãos; genealogistas, historiadores ou poetas. A prática *griô* tem forte tradição na África Ocidental, com destaque para as regiões do Mali, Senegal, Gâmbia e Guiné. *Griô* é a forma aportuguesada da terminologia francesa *griot*.

³ Dona Sirley recebeu o título de *griô*, a partir da “Ação Griô Nacional”, que é uma das ações do “Programa Cultura Viva”, desenvolvido pelo Ministério da Cultura (MinC).

É desse mesmo período (1884), o livro de Alfred Burton Ellis: *Yoruba-Speaking, Peoples of the Slave Coast of West Africa* (Falando Iorubá, Povos da Costa dos Escravos na África Ocidental)⁴. Ellis, um tenente-coronel britânico, viveu durante alguns anos na Costa do Ouro⁵, uma antiga colônia inglesa na África, onde teve contato com tribos iorubás. Os iorubás conformam um dos maiores grupo étno-linguísticos da África Ocidental, se estendem da Nigéria, passando pela República do Benin, até o Togo (LOPES, 2004, p. 344). Em seu livro, Ellis faz um importante trabalho etnográfico sobre os povos iorubás: descreve sobre os deuses; sobre os cultos; as superstições; os espíritos; sobre as medidas de tempo; as cerimônias de nascimento, casamento e morte; sobre provérbios e sobre o folclore iorubá. É justamente este último capítulo do livro, que fala sobre o “folclore” iorubá, que nos interessa. Nele, Ellis apresentou a figura do contador de histórias africano.

Autores brasileiros passam, então, a utilizar o trabalho de Ellis para argumentar sobre as contribuições africanas para a conformação da cultura brasileira, destacando, nesse processo, a tradição oral vinda da África. Entre esses autores, temos, inclusive, Nina Rodrigues com o livro *Africanos no Brasil*: “Em um povo africano, que largamente contribuiu para a nossa colonização, os Nagôs, ensina Ellis, que, além do *arokin*, o narrador das tradições nacionais [...] constituem uma verdadeira casta cujo chefe toma o título de *Ologbô* ou conselheiro. (RODRIGUES, 1935, p. 275-276). Como podemos perceber, a referência inicial sobre uma tradição oral do negro no Brasil, remonta ao livro de Ellis. No entanto, percebemos que, se a tradição oral africana não era ainda considerada uma instituição cultural no Brasil, ela existia de fato: “Mas basta conhecer a tendência incoercível do Negro a falar, a contar histórias, no que são capazes de gastar dias e noites” (RODRIGUES, 1935, p. 276).

No campo literário, José Lins do Rego, em seu *Menino de Engenho*, publicado em 1932, acabaria por criar a “velha Totonha”, uma personagem que viria a ser citada e utilizada, tanto por Gilberto Freyre como por Arthur Ramos. Assim, tanto a figura do *akpalô* de Ellis (2007), como a velha Totonha de José Lins do Rego (2001), passariam a subsidiar as primeiras análises sobre o contador de histórias de tradição africana no Brasil. Em *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, publicado em 1933, reencontramos a figura do *akpalô* de Ellis e a “velha Totonha” de Lins do Rego:

Foram as negras que se tornaram entre nós as grandes contadoras de histórias. Os africanos, lembra A. B. Ellis, possuem os seus *contistas*. "Alguns indivíduos fazem

⁴ Livre tradução.

⁵ Atualmente República de Gana, que se tornou independente do Reino Unido em 1957.

profissão de contar histórias e andam de lugar em lugar recitando contos." Há o *akpalô* fazedor de *alô* ou conto; e há o *arokin*, que é o narrador das crônicas do passado. **O *akpalô* é uma instituição africana que floresceu no Brasil na pessoa de negras velhas que só faziam contar histórias.** Negras que andavam de engenho em engenho contando histórias às outras pretas, amas dos meninos brancos. (FREYRE, 2003, p. 413, grifo nosso).

Arthur Ramos foi outro pesquisador brasileiro que desenvolveu uma extensa obra sobre o negro na sociedade brasileira. Para os interesses de nossa pesquisa, no entanto, é na obra: *Folclore Negro do Brasil* (2007) que encontramos um consistente estudo sobre a oralidade de tradição africana. Para falar do *akpalô* brasileiro, Ramos começa caracterizando a tradição oral de matriz africana como indissociável da linguagem mímica: “A linguagem mímica e o reforço mímico da linguagem oral exprimem uma tendência generalizada no [negro].” Mais do que auxiliar a palavra verbalizada, a linguagem mímica se confunde com ela: “Cushing insistiu sobre o papel das mãos sobre a mímica manual reforçando a linguagem oral; é o que ele chama os ‘conceitos manuais’. Mas não só as mãos: os olhos, a boca, todo o corpo, enfim, reforça pela mímica a palavra falada.” (RAMOS, 2007, p. 141). Essa caracterização é importante, porque o que sobrevive no Brasil é, justamente, a tradição africana que incorpora a expressão mímica à palavra falada, como veremos nos próximos subtítulos.

Após esse conjunto de referências sobre a sobrevivência da tradição africana dos contadores de histórias, surge um vácuo, nada mais encontramos que se referisse à continuidade da tradição *griô* ou *akpalô* no Brasil. Esse vácuo dura até o final da década de 1990, quando voltamos a reencontrar, dessa vez, somente a figura do *griô*.

O *griô*, ou a retomada da tradição *griô* no Brasil, ressurge no final da década de 1990 a partir das ações da ONG Grãos de Luz, localizada na cidade de Lençóis, na Bahia. Em 1999 a ONG (que já atuava desde 1993 através de oficinas e ações educativas não-formais) toma conhecimento da tradição africana dos contadores de histórias. A partir de então passa a desenvolver ações vinculadas à figura do *griô* africano, ações que se transformam no Projeto Griô. Em 2001 a ONG assume uma nova identidade e passa a se chamar Grãos de Luz e Griô. Em 2004, a partir de uma parceria com o Ministério da Cultura (MinC), o Projeto Griô passa a ser uma das ações nacionais desenvolvidas dentro do âmbito do Programa Cultura Viva do MinC⁶. (SILVA; ARAÚJO, 2010, p. 41-42).

⁶ O Programa Cultura Viva articula a criação de uma rede de gestão cultural nacional, com o objetivo de fortalecer o protagonismo cultural e a valorização de comunidades excluídas em todo o país. Para isso, reconhece e apoia financeiramente os pontos de cultura, que são organizações da sociedade civil, que têm seus

Fica bastante claro, a partir disso, que o ressurgimento da figura do *griô*, e da tradição dos contadores de histórias de tradição africana, voltam à cena da cultura brasileira, não como uma continuidade da tradição vinda da África, mas, sim, como uma reelaboração cultural, como uma (re)invenção de uma tradição africana no Brasil. O *griô*, agora, não é mais exclusivamente um africano ou um afro-brasileiro, ele pode ser qualquer cidadão identificado com a cultura popular. A escolha ocorre através de um edital público, que define três categorias de *griôs*: o *griô* aprendiz, o *griô* de tradição oral e o mestre de tradição oral. O *griô* e a tradição africana de que agora falamos, é, assim, uma política pública.

Não queremos com isso assumir uma postura crítica em relação à ação governamental; acreditamos, inclusive, numa positividade de tal ação. O que gostaríamos de precisar é que o *griô* atual não mantém uma linha de continuidade com o *griô* histórico, aquele que identificamos nos estudos de Gilberto Freyre e Arthur Ramos.

2 DONA SIRLEY

Sirley da Silva Amaro, ou simplesmente Dona Sirley, é uma senhora de 76 anos de idade, descendente de escravos e costureira de profissão. Já há alguns anos, descobriu na arte de contar histórias uma forma de manutenção de sua própria história e da história de seus antepassados, do resgate dos saberes e dos fazeres aprendidos durante sua juventude e mesmo do aprendizado da maturidade. Contando histórias das antigas charqueadas ou dos antigos bailes de carnaval, Dona Sirley canta e encanta os ouvintes com histórias aparentemente simples que, para um bom ouvinte, trazem muito mais do que memórias de uma vida, revelam inúmeras formas de resistência encontradas, não só por Dona Sirley, mas, principalmente, pela comunidade da qual se reivindica e faz ativamente parte. Através de suas histórias, nos apresenta sutil ou explicitamente as formas de resistência que este grupo, através dessa particular porta-voz, engendra contra a iniquidade.

Dona Sirley é proprietária de uma disposição invejável, participa de diversas redes de contação de histórias e ações comunitárias; de oficinas de histórias *griôs*⁷ ao coral da terceira idade. Reconhecida pela comunidade em que vive e por uma rede de relacionamentos que vão do bairro à Academia, e da Academia ao bairro, Dona Sirley conta e também canta as histórias do seu cotidiano, desde menina. Para um bom ouvinte, suas histórias da Pelotas negra, de como eram os bailes de carnaval, revelam muito mais do que histórias pessoais, é possível apreender como era a vida em seu tempo, perceber como se estabeleciam as relações de gênero, raça e de classe. Como nos mostra este fragmento de sua fala obtido através do site do Museu da Pessoa:

Não, não, não é costura [quando perguntado se ela teria virado griô por ter sido costureira], é pela arte toda, pela história toda de vida. Porque eu não sei se tu tem visto nas entrevistas que o Griô é de tradição oral, que é aquela pessoa que conta várias coisas, né, de vários tempos. (AMARO, In: MUSEU DA PESSOA, Online).

Acompanhando as atividades da Dona Sirley no ano de 2011 podemos observar que a mestra *griô*, ao contar suas histórias, faz a partir da organização de um ambiente ritual que envolve, (sempre que possível e de acordo com o local da contação), um cenário com estandartes, saias, vestidos e camisetas (utilizadas por Dona Sirley em carnavais passados); com uma mesa onde expõe cartões postais e fotografias (antigas e atuais) e onde expõe, também, *fuxicos*, *agês*⁸ e bonequinhas negras com vestidos, tudo confeccionado e vendido por ela mesma. Nada disso demanda algum tipo de estrutura profissional ou semiprofissional que seja, não, tudo é organizado e disposto a partir do trabalho coletivo, pois sempre que Dona Sirley faz uma oficina de contação de histórias reúne um bom grupo de ouvintes, que acabam por ajudar na organização da oficina.

Nas oficinas de contação de histórias, Dona Sirley se apresenta com uma roupa característica que pode variar entre: um vestido de baiana, um manto imitando a pele de um tigre, uma roupa de mascarado ou simplesmente usando o *ojá* – um manto típico enrolado na

⁷ Como já havíamos referido anteriormente, Dona Sirley é uma mestra *griô* reconhecida pelo Ministério da Cultura através da Ação Griô Nacional, uma das ações do ministério, desenvolvida no âmbito do Programa Cultura Viva.

⁸ O fuxico é uma técnica artesanal que aproveita sobras de tecidos para fazer uma pequena trouxinha de pano. Sozinho, o fuxico pode ser utilizado como adorno, costurado um a um, pode cobrir almofadas, bolsas, roupas e uma infinidade de outros objetos. Segundo o conhecimento popular, o fuxico surgiu nas senzalas, quando, as escravas ao costurarem os retalhos desprezados pela casa-grande, ficavam conversando sobre o dia-a-dia. O *agê* ou *aguê* é um instrumento musical feito a partir de uma pequena cabaça (porongo), envolta numa malha de fios de contas, confeccionada com sementes ou búzios (pequenas conchas marinhas). (VOGEL; MELLO; BARROS, 2007, p. 191).

cabeça à moda de turbante. A oficina é repleta de histórias de sua infância, de sua mocidade e de quando já era casada. Existe um fio musical que conduz as histórias, geralmente ligadas ao carnaval. Entre uma história e outra, uma música e outra, os ouvintes são convidados para dançar; mais do que isso, são convidados para encenar algumas histórias. Obviamente que o ensaio ocorre no momento da apresentação sob a direção atenta e vivaz de Dona Sirley. Ela não canta sozinha, sempre o público é convidado para cantar junto e nessa interação entre a *griô* e seus ouvintes as histórias são sentidas, são revividas.

Assim, através destas rápidas ilustrações, podemos perceber a ligação entre a contação de histórias por Dona Sirley e os elementos fundantes da oralidade africana; a ligação entre o *griô* histórico e o *griô* atual. A palavra, a ação e a mímica funcionam como uma só forma de expressão. As três são conjugadas e promovem um encantamento entre os ouvintes e a mestra *griô*. A contação de histórias, a gesticulação, a mímica, o caminhar em cena, o agir e interagir com os ouvintes – a ação. Tudo isso resgata, em certa medida, elementos essenciais da oralidade africana. O aprendido continua sendo transmitido. O que instiga a tentar apreender um pouco mais acerca desta prática, composição da narrativa e qualificação do processo educativo da qual poderá, ou não, fazer parte.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Precisamos ver pessoas subalternas como contra-representações para articulações contra-hegemônicas, articulações de novas epistemologias, novas epistemes de resistência tanto na prática da teoria quanto na teoria da prática.

Peter McLaren

Em tempos onde as novas diretrizes do mundo globalizado apontam cada vez mais para o fim das fronteiras nacionais e para processos de homogeneização cultural e de consumo, buscam-se novas formas que possibilitem sobreviver, ou até mesmo viver, nesse tempo, cujo nome próprio alguns querem adjetivar com “fim da História”. E é no contexto dessa busca, que uma das infindáveis formas encontradas pelos excluídos, pelos marginalizados, pelas classes populares, para resistir aos processos de homogeneização, é instituírem práticas narrativas específicas. Para compreender esse processo, necessitamos um

olhar multirreferencial⁹, um conjunto de pressupostos teóricos, que, a despeito de serem, em certa medida, distintos entre si, (e pertencerem a escolas, áreas do saber e tempos diferentes), em nossa perspectiva, dialogam. Nesse sentido, além do referencial teórico já esboçado até agora, serão utilizados outros autores para trabalharmos, ainda, os conceitos de: mudança e transformação, resistência e narrador.

Os conceitos de mudança e transformação nos surgiram a partir da reflexão sobre o conceito de resistência. Entendemos que toda ação ou não-ação de resistência gera mudança; que todo aquele que resiste, de uma maneira ou de outra, provoca (tanto na fonte da ação que provocou sua resistência, como em si mesmo) uma transformação – é uma relação. Mais ainda, entendemos que constantemente o ser humano é impelido à resistência, gerando assim a mudança, uma constante transformação. Buscando o referencial que apoie esta reflexão, iniciaremos discutindo o conceito de mudança e transformação.

Duarte nos fala de como, em essência, o homem prima pela transformação, de como, desassossegado pela situação presente, o homem é impelido a buscar o que está por vir (1996, p. 13). Encontramos, também, em Guareschi, um diálogo nesse sentido. O autor utiliza o conceito de “histórico” para discutir sobre o que é ser crítico ou assumir uma postura crítica. Segundo essa ideia, o “germe do *histórico*, ou o *vírus* histórico”, permitem perceber o caráter temporal e precário de tudo que existe (2009, p. 15-16). Assim, o que importa no processo histórico não são os personagens e os acontecimentos em si, mas o fato de que eles existiram e agora já não existem mais; isso faz despertar a ideia de que é possível mudar a vida, de que é possível transformá-la. Aqui, recorremos a Marx, para lembrar que essa mudança e transformação possíveis, no entanto, ocorrem não em condições de escolha dos indivíduos e de suas coletividades, mas sim nas condições e circunstâncias herdadas pelo passado (1978, p. 17). Isso aponta a necessidade de organização e luta comuns para que a mudança e a transformação social possam ser alcançadas. De outra forma, tal condição não impossibilita a articulação de ações cotidianas e individuais de resistência, pelo contrário, talvez seja justamente esse o germe da organização e da luta geral idealizada.

Encontramos uma abordagem sobre o conceito de resistência em Foucault. É possível localizar em diversos momentos de sua obra a relação que estabelece entre resistência e o conceito de poder. Segundo Foucault: “onde há poder há resistência” ou “não há relação de

⁹ Segundo Jacques Ardoino, a “[...] análise multirreferencial das situações das práticas dos fenômenos e dos fatos educativos se propõe explicitamente uma leitura plural de tais objetos, sob diferentes ângulos e em função de sistemas de referências distintos, os quais não podem reduzir-se uns aos outros. Muito mais que uma posição metodológica, trata-se de uma decisão epistemológica.” (Ardoino, 1995a, p. 7 apud MARTINS, 2004, p. 87).

poder sem resistência” (1999, p. 91; 1995, p. 248). Com isso, não devemos entender que o autor estabeleça dois campos distintos de embate: poder ou relações de poder *versus* resistência. A resistência não é exterior às relações de poder, existe entre elas um caráter relacional, de dependência; as “correlações de poder” não podem existir “senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão”. Dessa forma, não existe em oposição ao poder um foco único de resistência, mas sim “pontos de resistência”, que, por sua vez, são casos únicos: “possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, [...] violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício” e que por definição “não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder”. Assim, para Foucault, tanto as relações de poder como a resistência não são agentes unitários e homogêneos, antes, elas formam “um tecido espesso que atravessa os aparelhos e as instituições, sem se localizar exatamente neles”. Tanto as relações de poder quanto os “pontos de resistência” se pulverizam, atravessando “as estratificações sociais e as unidades individuais”. (1999, p. 91-92).

Numa formulação mais pragmática, e numa abordagem mais vinculada à Educação e à prática docente, encontramos no texto *A Educação de Professores e a Política de Reforma Democrática*, de Henry Giroux e Peter McLaren, uma discussão sobre ao conceito de resistência. Analisando a política de formação docente nos EUA e fazendo uma crítica à postura das teorias da resistência, os autores propõem uma distinção entre o termo resistência e o termo "contra-hegemonia". A opção pelo termo contra-hegemonia ajudaria a caracterizar melhor a proposta de um projeto político de “esferas públicas alternativas”¹⁰; sendo um dos objetivos dos autores (no texto), propor que as instituições que formam professores sejam “reconcebidas” enquanto esferas públicas. Essas novas esferas públicas se caracterizariam por formarem professores que consigam estabelecer relações entre o político e o pedagógico; que sejam capazes de articular, na ação e na teoria, práticas de uma democracia radical; enfim, que possam ser educados enquanto intelectuais transformadores, assumindo um papel central na luta por democracia e justiça social. (1997, p. 196-199):

Para discutir o conceito de narrador recorreremos a Walter Benjamin. Em seu texto *O Narrador*, de 1936, o autor destaca a importância da figura do narrador, do indivíduo forjado

¹⁰ As esferas públicas (clássicas), existentes nos séculos XVIII e XIX, na Europa, eram locais onde o pensamento reflexivo era comumente desenvolvido, esses locais eram agremiações políticas, periódicos, cafés, associações de bairro e casas de publicação. Esses locais: “ofereciam redes através das quais indivíduos particulares reuniam-se para debater, dialogar e trocar opiniões. Esferas públicas deste tipo muitas vezes transformavam-se em uma força política coesa”. (GIROUX; MCLAREN, 1997, p. 195).

na experiência e que domina a arte da oralidade: “O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes.” E mais, essa experiência é a “experiência transmitida de boca em boca”, de “pessoa a pessoa”, que é a “fonte a que recorreram todos os narradores”, ou seja, a prática popular de contar e recontar histórias (1994, p. 198-201). Experiência esta, aqui entendida como potencial transformador, assimilada e cultivada por narradores populares, como os mestres *griôs*, como força criadora, capaz de criar uma narrativa a “contrapelo”¹¹.

Enfim, apresentamos até agora um quadro geral dos conceitos e autores, os quais elegemos para problematizar nossa questão de pesquisa. Tentamos uma primeira aproximação que fizesse algumas análises introdutórias e conjunturais a partir de nosso referencial teórico.

4 METODOLOGIA

Considerando o recorte temático aqui proposto, a abordagem adotada será o estudo de caso. Tal abordagem leva em consideração que o caso, mesmo podendo ser similar a outros, também é, ao mesmo tempo, distinto, pois tem um interesse próprio, singular. Assim, entende-se que (mesmo sendo a prática *griô* uma prática intercontinental), o caso aqui estudado possui suas especificidades, e mesmo não podendo descontextualizar – antes, pelo contrário, como demonstra a contextualização histórica aqui assinalada na sequência do texto – esse mesmo caso se coloca como uma experiência única, particular, embora possa vir a se verificar certas semelhanças com outros casos e situações. A coleta de dados, por sua vez, se dará através da observação participante, da entrevista e da análise documental, que segundo Lüdke e André, se caracteriza pela:

[...] observação participante, que cola o pesquisador à realidade estudada; a entrevista, que permite um maior aprofundamento das informações obtidas; e a análise documental, que complementa os dados obtidos através da observação e da entrevista e que aponta novos aspectos da realidade pesquisada. (1986, p. 9).

A observação participante, entretanto, não é tão somente a observação direta, *in loco*, mais do que isso, ela envolve um conjunto de técnicas metodológicas, como a própria análise documental, a entrevista, a participação e a observação direta e a introspecção, assim como pode, o pesquisador, fazer a opção de ser um participante total do grupo pesquisado,

¹¹ Contrapelo significa – buscando ser fiel e agregando a matriz benjaminiana do conceito – um lugar, ou um entre-lugar onde uma narrativa pode ser percebida com outro olhar, pode ser ressignificada, pode ser narrada novamente. E assim, constituir um lugar de resistência, de transformação. (BENJAMIN, 1994).

assumindo inclusive um compromisso político de ação conjunta. Dessa forma, o grau da observação participante que adotaremos nesse trabalho será determinado ao longo do desenvolvimento da pesquisa conforme as relações de imersão e distanciamento assim o permitirem.

As entrevistas serão narrativas¹², seguindo o modelo de Sandra Jovchelovitch e Martin Bauer, para quem a EN “[...] tem em vista uma situação que encoraje e estimule um entrevistado [...] a contar a história sobre algum acontecimento importante de sua vida e do contexto social.”, objetivando a reconstrução de “[...] acontecimentos sociais a partir da perspectiva dos informantes, tão diretamente quanto possível” (BAUER; GASKELL, 2002, p. 93).

Esse método de pesquisa qualitativa, considerada não estruturada, se contrapõe ao esquema pergunta-resposta da maioria das entrevistas – que acabam por impor a estrutura das entrevistas, quando é o pesquisador que seleciona o tema, ordena as perguntas e faz as perguntas a partir de seu próprio vocabulário. A EN emprega, assim, o próprio contar e escutar histórias como método para conseguir seus objetivos, ou seja, a narração é provocada através de questões específicas, a partir do momento que o informante começa a contar sua história, sustentando ele próprio o fluxo da narração. Subentende-se deste modo, que a perspectiva do entrevistado será melhor revelada, oportunizando que ele utilize sua própria linguagem de forma espontânea.

Os autores entendem, no entanto, que existe uma estrutura na narrativa, que eles chamam de “paradoxo da narração”, que são, por sua vez, “as exigências das regras tácitas que liberam o contar histórias”. Portanto, se faz necessário estabelecer a EN como técnica de entrevistas, a qual consiste em uma série de regras de “como ativar o esquema da história; como provocar narrações dos informantes; e como, uma vez começada a narrativa, conservar a narração andando através da mobilização do esquema autogerador”. (BAUER; GASKELL, 2002, p. 96).

A análise documental, outra técnica importante da coleta de dados, também será aqui utilizada, não só pelas possibilidades de complementação das informações obtidas com as outras técnicas, mas, também, pelas peculiaridades do caso aqui estudo, que poderá, em grande medida, ter aspectos importantes de sua realidade revelados, pois, segundo Lüdke e André, a análise documental (que considera documento todo material escrito utilizado como fonte de informação para o entendimento do comportamento humano), admite como docu-

¹² Seguindo a referência bibliográfica se utilizará, também aqui, a sigla EN, para “entrevista narrativa”.

mento: “[...] desde leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares” (1986, p.38).

De forma geral, a análise dos dados é o momento em que se fecha o processo metodológico da pesquisa, é quando os dados qualitativos são trabalhados, ou seja, o momento em que todo o material obtido durante a pesquisa (relatos observados, as transcrições de entrevistas, as análises de documentos e as demais informações disponíveis) é compilado e estudado, permitindo, desta forma, a formulação de questões analíticas, articuladas com os pressupostos teóricos da pesquisa e os dados da realidade:

A tarefa de análise implica, num primeiro momento, a organização de todo o material, dividindo-o em partes, relacionando essas partes e procurando identificar nele tendências e padrões relevantes. Num segundo momento essas tendências e padrões são reavaliados, buscando-se relações e inferências num nível de abstração mais elevado. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.45).

No entanto, os diversos momentos da pesquisa não são estanques entre si, para além disso, é possível, desde os primeiros instantes dos trabalhos, proceder à análise dos dados. Claramente, as possibilidades e a capacidade de análise vão evoluindo conforme aumenta a quantidade de material coletado.

Porém, no momento mesmo, do início dos estudos, já se começa o processo de tomada de decisões, escolha de novos aspectos a serem abordados, outros que podem ser eliminados e novas direções a serem tomadas, situações estas permeadas pelo diálogo franco e necessário com o referencial teórico do estudo.

A capacidade então, de análise do material, acaba por ser determinada pela própria experiência do pesquisador que poderá realizar boa parte da análise do material ainda durante a coleta dos dados, ou chegar ao final da pesquisa sem ter conseguido analisar grande parte do material obtido. Objetivando não correr o risco de uma análise superficial, que contemple apenas uma parte pouco expressiva do material recolhido, se adotará aqui os procedimentos elencados por Lüdke e André: a) A delimitação progressiva do foco de estudo; b) A formulação de questões analíticas; c) O aprofundamento da revisão de literatura; d) A testagem de ideias junto aos sujeitos; e) O uso extensivo de comentários, observações e especulações ao longo da coleta. (1986, p. 46-48).

4.1 Procedimentos metodológicos

Considerando a metodologia que acabamos de referir, destacaremos, agora, o que foi desenvolvido em nossos estudos e quais os procedimentos que serão adotados no próximo período da pesquisa.

Agora está realizado o levantamento bibliográfico, de acordo com os autores e conceitos com os quais optamos trabalhar. Esse material foi, em boa parte, analisado e continuaremos a analisá-lo e a revisá-lo até a redação final de nosso estudo. O levantamento documental, já inicializado, se estenderá até o final da coleta de dados da(s) entrevista(s) com nosso sujeito da pesquisa. Esse material se refere a transcrições de vídeos de oficinas ministradas por Dona Sirley, recortes de jornais, fôlderes e panfletos de divulgação (material de acervo) e de documentos que possamos conseguir com a mestra *griô* durante a(s) entrevista(s). Sua análise se encerrará junto com a análise dos dados da(s) entrevista(s).

Acompanhamos Dona Sirley há quatro anos, no entanto, a observação participante, seguindo a metodologia da pesquisa, será a que desenvolvemos a partir do segundo semestre de 2011. Esse acompanhamento seguirá durante o primeiro semestre de 2012.

A(s) entrevista(s), conforme nossa previsão, devem ocorrer entre abril e junho de 2012, sua quantidade será definida de acordo com o fluxo das próprias narrativas empreendidas por Dona Sirley¹³. Como já definido pela opção metodológica, as entrevistas serão narrativas. Para sua inicialização e como auxílio para fomentá-las, utilizaremos fotografias da própria entrevistada como dispositivo de acesso às lembranças e à memória. As entrevistas serão filmadas para a posterior análise dos dados.

REFERÊNCIAS

¹³ O projeto de pesquisa já foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Enfermagem da UFPel. No Brasil, as pesquisas envolvendo seres humanos passaram a ser regulamentadas pela Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde (CNS). A Resolução nº 196, objetiva proteger os indivíduos e as coletividades de qualquer violação de seus direitos frente à pesquisa científica. Dessa forma, define os direitos e deveres, tanto dos pesquisadores, quanto dos sujeitos pesquisados. Entre outros direitos, determina que os pesquisadores obtenham o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) dos indivíduos participantes da pesquisa. O TCLE é um documento que esclarece para o sujeito envolvido os principais elementos da pesquisa e de que forma se dará sua participação, assim como, seus direitos em relação à pesquisa (CNS, 1996, p. 21082-21085). Dessa forma, pelo respeito aos princípios éticos e pelo rigor e atenção na observação do fazer científico, esperamos estar cumprindo não só com um preceito legal, mas fundamentalmente com aquilo que deve ser o parâmetro de toda produção de conhecimento em educação – o ser humano e seus direitos inalienáveis.

AMARO, Sirlei. Depoimento. In: MUSEU DA PESSOA. Entrevista com Sirlei da Silva Amaro. [online] Disponível em: <http://www.museudapessoa.net/MuseuVirtual/hmdepoente/depoimentoDepoente.do?action=ver&idDepoenteHome=11109&key=6140&forward=HOME_DEPOIMENTO_VER_GERAL&tipo=&pager.offset=0>. Acesso em: 18 mar. 2012.

ARDOINO, Jacques, Multiréférentielle (analyse). In: _____. Le directeur et l'intelligence de l'organisation: repères et notes de lecture. Ivry: ANDESI, p. 7-9, 1995a. In: MARTINS, João. Contribuições epistemológicas da abordagem multirreferencial para a compreensão dos fenômenos educacionais. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 26, p. 85-94, 2004.

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas; vol. I).

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 out. 1996. Seção 1, p. 21082-21085.

DUARTE, Francimar. O Olhar multireferencial: uma proposta de conhecimento. Florianópolis: **Perspectiva** (UFSC/CED/NUP), nº. 25, p. 13-26, 1996.

ELLIS, Alfred Burton. **Yoruba-speaking peoples of the slave coast of west Africa**. Charleston, South Carolina: Forgotten Books, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1999.

_____. O Sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48ª ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

GIROUX, Henry, MCLAREN, Peter. A Educação de professores e a política de reforma democrática. In: GIROUX, Henry. **Os Professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 195-212.

GUARESCHI, Pedrinho. **Psicologia social crítica: como prática de libertação**. 4. ed. rev. ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

- HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. A Tradição viva. In: **História geral da África, I: metodologia e pré-história da África**. Editado por Joseph Ki-Zerbo. São Paulo: Ática/UNESCO, 1982, p. 181-218.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Cultura viva: as práticas de pontos e pontões**. Brasília: Coordenação de Cultura, 2011.
- LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo crítico**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- MINISTÉRIO DA CULTURA (MINC). **Ação griô**. Ministério da Cultura - Secretaria de Cidadania Cultural. [online] Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/category/cultura-e-cidadania/acao-gri/>>. Acesso em: 18 mar. 2012.
- NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.
- PINHEIRO, Cristiano. **Narrativas de educação e resistência: a prática popular griô**. Pelotas: UFPel – Programa de Pós-Graduação em Educação. Projeto de Qualificação de Mestrado, 2012.
- RAMOS, Arthur. **O Folclore negro do Brasil: demopsicologia e psicanálise**. 3 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.
- REGO, José Lins do. **Menino de engenho**. Rio de Janeiro: 80. ed. José Olympio Editora, 2001.
- RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os Africanos no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- SILVA, Frederico; ARAÚJO, Herton (Orgs.). **Cultura viva: avaliação do programa arte educação e cidadania**. Brasília: IPEA, 2010.
- VOGEL, Arno; MELLO, Marco; BARROS, José. **Galinha d'angola: iniciação e identidade na cultura afro-brasileira**. 3 ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.